

CLÁUSULA SÉTIMA - MULTA

07.1- A PARTE QUE DEIXAR DE CUMPRIR O ESTABELECIDO NESTE INSTRUMENTO, SE SUJEITARÁ AO PAGAMENTO DA MULTA DE 5% (CINCO POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

08.1-A RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO PODERÁ SER POR ATO UNILATERAL OU POR ACORDO ENTRE AS PARTES COM O ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 78 E 79 DE LEI Nº 8.666/93.

08.2 – NA HIPÓTESE PREVISTA NO SUB ITEM 08.1, O CONTRATADO É RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO DOS SERVIÇOS FIRMADO NO OBJETO DESTES CONTRATO, ATÉ A DATA DA RESCISÃO, DEVENDO APRESENTÁ-LO EM TEMPO HÁBIL, SEM OCASIONAR PREJUÍZO A CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

09.1- O CONTRATO PODERÁ SER ALTERADO, COM AS DEVIDAS JUSTIFICATIVAS, NOS SEGUINTES CASOS:

I - UNILATERALMENTE PELA CONTRATANTE,

II - QUANDO NECESSÁRIA À MODIFICAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL EM decorrência de ACRÉSCIMO OU DIMINUIÇÃO QUANTITATIVA DE SEU OBJETO, NOS LIMITES PERMITIDOS PELA LEI Nº 8.666/93.

III - EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES.

09.2 - O CONTRATADO FICA OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NOS SERVIÇOS, EM ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL DO CONTRATO.

09.3- EM HAVENDO ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE AUMENTE OS ENCARGOS DA CONTRATADA, A CONTRATANTE DEVERÁ RESTABELECE-LOS, POR ADIANTAMENTO, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL, NOS TERMOS PRECEITUADOS PELO § 6º, DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES

10.1 O CONTRATADO DEVERÁ EXECUTAR OS SERVIÇOS OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, COM ABSOLUTA DILIGÊNCIA E PERFEIÇÃO.

10.2 – É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO, TODOS OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS (IRRF E COMERCIAL) E TODOS OS ENCARGOS RESULTANTE DO PRESENTE CONTRATO, OBRIGANDO-SE, SENDA, O § 1º DO ARTIGO 71, DA LEI Nº 8.666/93.

10.3 – ESTE INSTRUMENTO NÃO GERA NENHUM VÍNCULO CONTRATUAL NEM UM VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1- A CONTRATADA PODERÁ TRANSFERIR OU CEDER EM PARTE À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTES CONTRATO, COM PRÉVIA ANUÊNCIA DO CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1- AS PARTES ELEGEM COMO DOMÍLIO LEGAL, O FORO DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS, PARA DIRIMIR QUALQUER LITÍGIO DECORRENTES DA APLICAÇÃO DESTES CONTRATO, EXCLUINDO-SE QUALQUER OUTRO POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA.

E, POR ESTAREM DEVIDAMENTE ACORDADOS, DECIDIRAM AS PARTES CONTRATANTES ACEITAR AS DISPOSIÇÕES AQUI ESTABELECIDAS, ASSINANDO O PRESENTE EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR.

RONDONÓPOLIS – MT, 01 DE OUTUBRO DE 2005.

REGINALDO DE SOUZA SANTOS  
Diretor Executivo

ILMAR SALES MIRANDA  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1. Wellington de Moura Rortela  
CPF 781914671-00 Contador CRCMT 650010-B

2. Alexandre de S. Costa  
CPF: 550.163.831-20

MOHAMAD KHALIL ZAHER  
Presidente

# Licitação

“AVISO DE REVOGAÇÃO”

“CONCORRÊNCIA N.º 003/2005”

- OBJETO: “SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS EXCLUSIVOS ESPECIFICADOS NO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público, nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores, para conhecimento dos interessados, que a TOMADA DE PREÇOS EM EPÍGRAFE FOI REVOGADA, por motivos supervenientes que alcançam o interesse público.

Publique-se, no átrio desta Prefeitura, em Jornal de grande circulação neste Município, no DOE/MT e no Diário Oficial do Município, para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 11 de Novembro de 2005.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

ADILTON PINTO DA SILVA  
Procurador Geral do Município.

## Poder Legislativo

## Portaria

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  
PORTARIA Nº. 126 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005.

MOHAMAD KHALIL ZAHER, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e seguindo as instruções do REGIMENTO INTERNO (Resolução 376, de 28 de Dezembro de 2001), desta Casa de Leis,

Considerando o Decreto nº. 4.141 de 11 de novembro de 2005, decretando ponto facultativo nas Repartições Públicas;

RESOLVE:

Artigo 1º - SUSPENDER as atividades deste Poder Legislativo, no dia 14 de novembro do ano em curso (segunda-feira).

Artigo 2º - Excepcionam-se do disposto no art. 1º desta Portaria os serviços de vigilância, e os servidores convocados para trabalharem na Audiência Pública a ser realizada na segunda-feira às 19:00hs.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
Rondonópolis - MT, em 11 de novembro de 2005.



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1147 - Sexta-feira, 11 de Novembro de 2005

# Poder Executivo

## Decreto

DECRETO Nº 4.141, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005.

Decreta PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO, GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais o dia 14 do mês de novembro do ano em curso.

Art. 2º - Excepcionam-se do disposto no art. 1º deste Decreto os serviços considerados essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNADOR MUNICIPAL  
Rondonópolis, 11 de novembro de 2005: 9ª da Fundação e 51ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

## Expediente

Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social	Rosemari Linde Sachetti
Secretaria de Administração	Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente	Elio Rasia
Secretaria de Educação	Edenício Avelino Santos
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento	Eugênia Lemos BarrosBárbara
Secretaria da Receita	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Transito e Desenv. Urbano	João Batista de Oliveira
Procuradoria Geral do Município	Adilton Pinto da Silva
COGER	Milton Luiz Araújo
SANEAR	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO	Josemar Ramiro da Silva

## Portaria

GGM/2005/R029

Rondonópolis, 10 de novembro de 2005.

RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 7.780, DE 24 DE OUTUBRO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO Nº 1.139 DE 27/10/2005.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Invalidez a Sra. LAURA REGO DA SILVA, Servidora Efetiva, aprovada em Concurso Público, Matrícula nº 8612-6, nomeada através da Portaria nº 3.527, de 08/07/1996 para o cargo de Auxiliar Serviços Diversos, Nível I - E, Ref. D, Classe B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com fulcro no art. 83, I, § 1º, da Lei Complementar nº 003/2000, art. 12, I, “a” e art 14 ambos da Lei nº 4.614/2005 art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, e art. 106 todos da Lei nº 3.385/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.773 de 20/01/2004.

LEIA-SE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Invalidez a Sra. LAURA REGO DA SILVA, Servidora Efetiva, aprovada em Concurso Público, Matrícula nº 8612-6, nomeada através da Portaria nº 3.527, de 08/07/1996 para o cargo de Auxiliar Serviços Diversos, Nível I - E, Ref. D, Classe B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com fulcro no art. 83, I, § 1º, da Lei Complementar nº 003/2000, art. 12, I, “a” e art 14 ambos da Lei nº 4.614/2005, art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, e art. 106 todos da Lei nº 3.385/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.773 de 20/01/2004.

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficiais  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219  
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**  
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon			
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

PORTARIA Nº 10 – DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a Autorização da Comercialização por Drogarias de Medicamentos à base de Substâncias Retinóicos (Isotretinoína)

FABIO ROBERTO R. CARDOZO, Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei...

Considerando o Artigo 37, Parágrafo único da Lei nº 5.991/73;

Considerando os artigos 28, Parágrafo Único e 106 da Portaria SVS/MS nº 344/98, publicada no Diário Oficial da União, de 12/05/98 e o Artigo 124 da Portaria SVS/MS nº 06, de 29/01/99.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, por intermédio do Setor da Vigilância Sanitária Municipal, autorização para os estabelecimentos (farmácias e drogarias) licenciados na VISA/ROO/MT, adquirir, armazenar e dispensar medicamentos à base de substâncias retinóicas – Lista C2, Portaria SVS/MS nº 344 e suas atualizações...

Art. 2º - Aprovar o modelo anexo à Portaria, para registro de autorização da VISA/ROO/MT.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

Rondonópolis, 09 de Novembro de 2005.

FÁBIO R. RIBEIRO CARDOZO

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 03 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2005

Nomeia Comissão Especial de Inventário e avaliação, e dá outras providências.

Marcos Antonio Ribeiro dos Reis, Diretor Geral do SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, Município de Rondonópolis, no uso de suas atribuições legais, especialmente do art. 17 da Lei Municipal nº 3.221 de 10/03/2000.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear COMISSÃO ESPECIAL DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO, os seguintes cidadãos, com a finalidade específica de perfazer o inventário e avaliação desta Autarquia Municipal, pelo prazo de até 31 de dezembro de 2005.

Composta pelos seguintes membros:

SIRLEI EUNICE DONNER RICHTER - Presidente  
WILMA ALVES MUNDIM - Membro  
CLEITON SOUZA FERREIRA - Membro

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 08 de novembro de 2005.

MARCOS ANTONIO RIBEIRO DOS REIS

Diretor Geral

Registrado nesta Autarquia e publicado

Por afixação no lugar de costume

Na data supra

ADALDO JOSÉ ZATTI RIBEIRO

Diretor Administrativo e Financeiro

NELSON PEREIRA LOPES

Assessor Jurídico

Termo de Compromisso

Termo de compromisso para concessão de BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO, que entre si fazem A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS/MT, e o (a) menor EDER DANTAS DE OLIVEIRA, conforme o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990).

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-ESTADO DE MATO GROSSO, sediado à Rua Duque de Caxias, nº. 526 – Vila Aurora, devidamente matriculada no CGC (MF) SOB Nº. 03.347.101.0001-21, doravante CEDENTE, autoriza o (a) menor EDER DANTAS DE OLIVEIRA, residente no (a) Rua Vicente Pereira de Abreu, nº. 799, bairro Luz D'Iara, desta cidade, doravante denominado (a) MENOR ASSISTIDO, que tem como responsável o (a) Sr. (a) Aparecido Batista de Oliveira, identificado (a) pelo RG nº. 04597567, expedida em 09/06/1994, pela SSP/MT, a realizar estágio como bolsista de iniciação ao trabalho, com as seguintes condições:

1º) O CEDENTE autoriza a realização da Bolsa de Iniciação ao Trabalho em suas dependências, sendo que o Menor Assistido e seu responsável estão cientes e de acordo que a presente concessão se regerá pelo que dispõe este instrumento e a Lei Municipal nº. 2.230, de 28/11/94.

2º) Ao CEDENTE caberá a fixação dos locais, dias e horários em que se realizarão as atividades de trabalho componentes da Bolsa concedida, respeitando o horário de estudo do Menor Assistido, ficando entendido que a jornada será de 04(quatro) horas diárias.

3º) O Menor Assistido se obriga a desempenhar as tarefas que lhe forem determinadas pelo CEDENTE, no âmbito específico de sua capacidade.

4º) Os horários previstos para o Menor Assistido deverão permitir o atendido das obrigações curriculares, sendo justificado o seu não cumprimento, desde que devidamente comprovado motivo.

5º) O Menor Assistido se obriga a observar, rigorosamente, as normas funcionais e as instruções de ordem administrativas, estabelecidas para as funções que lhe sejam atribuídas pelo CEDENTE. O Menor Assistido se compromete a zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações de propriedade do CEDENTE.

6º) O CEDENTE concederá ao Menor Assistido ajuda mensal, correspondente a 1 (um) salário mínimo vigente, ou seja R\$300,00 (Trezentos reais) a ser pago na época dos vencimentos dos servidores da CEDENTE.

7º) Quando em razão da programação do CEDENTE, fica o Menor Assistido sujeito a despesas que normalmente não teria, o CEDENTE providenciará o seu reembolso, observando as normas internas existentes a respeito.

8º) Observando a competente legislação, tanto o CEDENTE, como o Menor Assistido, poderão, a qualquer momento, dar por terminada a Bolsa de Iniciação ao Trabalho, bastando para tanto, comunicação oficial por escrito, em 02 (duas) vias.

9º) O Menor Assistido se obriga a manter em dia a documentação inerente ao seu trabalho.

10º) O Menor Assistido não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com o CEDENTE, cabendo a esta o pagamento da BOLSA somente durante o período de aprendizagem.

11) Em atenção ao que dispõe o artigo 67 da Lei 8.069/90, fica vedado o trabalho:  
I- noturno, realizado entre as 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e as 05:00 (cinco) horas do dia seguinte;  
II- perigoso, insalubre ou penoso;  
III- realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;  
IV- realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

12) O presente compromisso terá prazo de 06 (seis) meses, com início em 01/11/2005 e término em 30/04/2006. Este termo de compromisso é firmado em 02 (duas) vias de igual teor, que terão a seguinte destinação:  
1ª – Cedente.  
2ª – Menor Assistido.

Rondonópolis (MT), 09 de Novembro de 2005.

GASTÃO DE MATOS  
Secretário Municipal de Administração

GISELE SOIANE SOARES DE SANTANA  
MENOR ASSISTIDO

RESPONSÁVEL

Termos de compromisso para concessão de BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO, que entre si fazem A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS/MT, e o (a) menor GISELE SOIANE SOARES DE SANTANA, conforme o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990).

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-ESTADO DE MATO GROSSO, sediado à Rua Duque de Caxias, nº. 526 – Vila Aurora, devidamente matriculada no CGC (MF) SOB Nº. 03.347.101.0001-21, doravante CEDENTE, autoriza o (a) menor GISELE SOIANE SOARES DE SANTANA, residente no (a) Rua Joaquim Novaes, nº. 660, bairro Luz D'Iara, desta cidade, doravante denominado (a) MENOR ASSISTIDO, que tem como responsável o (a) Sr. (a) Salvador Medeiros de Santana, identificado (a) pelo RG nº. 352467, expedida em 18/02/1963, pela SSP/MT, a realizar estágio como bolsista de iniciação ao trabalho, com as seguintes condições:

1º) O CEDENTE autoriza a realização da Bolsa de Iniciação ao Trabalho em suas dependências, sendo que o Menor Assistido e seu responsável estão cientes e de acordo que a presente concessão se regerá pelo que dispõe este instrumento e a Lei Municipal nº. 2.230, de 28/11/94.

2º) Ao CEDENTE caberá a fixação dos locais, dias e horários em que se realizarão as atividades de trabalho componentes da Bolsa concedida, respeitando o horário de estudo do Menor Assistido, ficando entendido que a jornada será de 04(quatro) horas diárias.

3º) O Menor Assistido se obriga a desempenhar as tarefas que lhe forem determinadas pelo CEDENTE, no âmbito específico de sua capacidade.

4º) Os horários previstos para o Menor Assistido deverão permitir o atendido das obrigações curriculares, sendo justificado o seu não cumprimento, desde que devidamente comprovado motivo.

5º) O Menor Assistido se obriga a observar, rigorosamente, as normas funcionais e as instruções de ordem administrativas, estabelecidas para as funções que lhe sejam atribuídas pelo CEDENTE. O Menor Assistido se compromete a zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações de propriedade do CEDENTE.

6º) O CEDENTE concederá ao Menor Assistido ajuda mensal, correspondente a 1 (um) salário mínimo vigente, ou seja R\$300,00 (Trezentos reais) a ser pago na época dos vencimentos dos servidores da CEDENTE.

7º) Quando em razão da programação do CEDENTE, fica o Menor Assistido sujeito a despesas que normalmente não teria, o CEDENTE providenciará o seu reembolso, observando as normas internas existentes a respeito.

8º) Observando a competente legislação, tanto o CEDENTE, como o Menor Assistido, poderão, a qualquer momento, dar por terminada a Bolsa de Iniciação ao Trabalho, bastando para tanto, comunicação oficial por escrito, em 02 (duas) vias.

9º) O Menor Assistido se obriga a manter em dia a documentação inerente ao seu trabalho.

10º) O Menor Assistido não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com o CEDENTE, cabendo a esta o pagamento da BOLSA somente durante o período de aprendizagem.

11) Em atenção ao que dispõe o artigo 67 da Lei 8.069/90, fica vedado o trabalho:  
I- noturno, realizado entre as 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e as 05:00 (cinco) horas do dia seguinte;  
II- perigoso, insalubre ou penoso;  
III- realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;  
IV- realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

12) O presente compromisso terá prazo de 06 (seis) meses, com início em 01/11/2005 e término em 30/04/2006. Este termo de compromisso é firmado em 02 (duas) vias de igual teor, que terão a seguinte destinação:  
1ª – Cedente.  
2ª – Menor Assistido.

Rondonópolis (MT), 09 de Novembro de 2005.

GASTÃO DE MATOS  
Secretário Municipal de Administração

GISELE SOIANE SOARES DE SANTANA  
MENOR ASSISTIDO

RESPONSÁVEL

Contrato

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2005, FIRMADO ENTRE O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RONDONÓPOLIS E O SR. ILMAR SALES MIRANDA, CONFORME SEGUE:

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RONDONÓPOLIS. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ DO MF SOB O Nº 06.016.527/0001-90 SITO À AV. PRESIDENTE KENNEDY, Nº 1.589, NESTE ATO REPRESENTADO PELO DIRETOR EXECUTIVO SR. REGINALDO DE SOUZA SANTOS, BRASILEIRO, CASADO, FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 1.034.884-0 SSP-MT, CPF Nº 794.840.931-91, RESIDENTE À RUA, NESTE MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MATO GROSSO, DENOMINADO CONTRATANTE.

ILMAR SALES MIRANDA, BRASILEIRO, CASADO, ADVOGADO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº SSP/GO, INSCRITO NO CPF DO MF SOB O Nº, RESIDENTE À Nº. – RESIDENCIAL SÃO JOSÉ, NESTE MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MATO GROSSO, DENOMINADO CONTRATADO.

POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, AS PARTES, ACIMA NOMEADAS E QUALIFICADAS, TÊM ENTRE SI JUSTO E ACORDADO O PRESENTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE SERÁ REGIDO PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUMERADAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

01.1 - ESTE CONTRATO SE FUNDAMENTA NA LEI Nº 8.666/1993, ALTERADA PELA LEI Nº 8.883/1994, LEI MUNICIPAL Nº 4.614/2004 E AS CONVENÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

02.1 - O CONTRATO OBRIGA-SE À PRESTAÇÃO DA PRESENTE AVENÇA, A PRESTAR OS SERVIÇOS ASSIM RELACIONADOS:  
a) EXERCER A FUNÇÃO DE CONSULTOR E ASSESSORIA JURÍDICA AO INSTITUTO NA FORMA DA LEI Nº 8.666/93;  
b) FIXAR ORIENTAÇÃO JURÍDICO-NORMATIVA, QUE SERÁ COGENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO;  
c) PROMOVER INSCRIÇÃO E A COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA DEVIDA À INSTITUIÇÃO;  
d) REPRESENTAR O INSTITUTO PERANTE OS TRIBUNAIS;  
e) OPINAR JURIDICAMENTE EM TODOS OS PROCESSOS AFINS DO INSTITUTO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

03.1 - A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS SERÁ EFETUADA EM CARÁTER AUTÔNOMO, NÃO ENTIANDO NENHUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O CONTRATANTE E O CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

04.1 - O INSTITUTO CONTRATANTE PAGARÁ AO CONTRATADO, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS OBJETO DESTES CONTRATO E DESCRITO NA CLÁUSULA SEGUNDA, O VALOR TOTAL DE R\$ 7.200,00(SETE MIL E DUZENTOS REAIS), SENDO R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS), PAGOS MENSALMENTE ATÉ O DIA 15 (QUINZE) DO MÊS SUBSEQUENTE AO VENCIDO, JUNTO À TESOUREARIA DO CONTRATANTE MEDIANTE EMISSÃO DE RPA – RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO E RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS, QUE COMPROVE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

04.2 - O VALOR SUPRACITADO É FIXO ATÉ O FINAL DE VIGÊNCIA DESTES INSTRUMENTO CONTRATUAL, SALVO CASOS PREVISTOS NA CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS

05.1 - O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, COMPREENDENDO O PERÍODO DE 01/10/2005 A 30/09/2006, PODENDO SER PRORROGADO DE COMUM ACORDO, OBEDECENDO AO ESTABELECIDO NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

05.2 - TODOS OS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÃO CUMPRIDOS, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1 - AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE RECURSOS ORIUNDOS DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO IMPRO DE EXERCÍCIO DE 2005 À CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – IMPRO- INST. PREV. ASSIST. SERV. PÚBLICO.

03 - FUNAM

33.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA